

24/8/98 1-2  
PIX 277

## A voz e a vez dos índios

**BORIS FAUSTO**

Um dos dados positivos da sociedade complexa em que se converteu o Brasil é o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. A tão criticada Constituição de 1988, sob esse aspecto, só merece louvores. Pela primeira vez em nossa história constitucional, ela contém todo um capítulo reconhecendo a identidade cultural das populações indígenas e seus direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo à União demarcá-las e protegê-las.

Essas normas básicas não caíram do céu, resultando de legítimas pressões das entidades não-governamentais e, afinal, da compreensão de seu valor por parte da maioria dos legisladores. Os instrumentos legais deram lastro à luta das entidades e também à ação do governo, com seus altos e baixos, no sentido de garantir os direitos indígenas. Trata-se de uma luta difícil, por ser travada contra grupos de interesse e instituições poderosas que, seja por razões mercantis, seja por razões ideológicas, querem destruir as culturas dos povos indígenas e tomar-lhes boa parte das terras a que fazem jus.

Em meio a esse quadro, surgiu algo de novo: a crescente presença de lideranças indígenas na cena nacional. Desse modo, aqueles que, na melhor das hipóteses, foram secularmente objeto de tutela, sob o rótulo de silvícolas, começam a se converter em sujeitos de direito e também de deveres como os demais cidadãos. É bom ressaltar, de passagem, que essa auspiciosa mutação é um processo complexo que não atinge igualmente todos os grupos, pois estes vivem em diferentes estágios de interação com a sociedade nacional.

Tal como ocorre no plano da legislação, a emergência de novos sujeitos não é espontânea, resultando de esforços conjugados das ONGs e do governo federal, a partir dos quais foi possível reunir os requisitos mínimos para que a presença indígena se tornasse efetiva.

Um exemplo claro é o do trabalho visando a formar professores índios. Como um dos resultados palpáveis desse trabalho, estão sendo publicados textos como o recente livro de história que se destina às comunidades do parque do Xingu, publicado em parceria pelo Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Socioambiental e a Unesco. É um material didático cujo objetivo é motivar os professores indígenas a pesquisar sua própria história, definindo um caminho próprio de ensino, aprendizagem e pesquisa para as escolas do ensino fundamental do parque do Xingu. Compõe-se de textos curtos, valorizados por ilustrações primorosas, de autoria dos próprios índios. Desse modo, esboça-se, de uma forma equilibrada, a visão que estes têm da nossa sociedade, por meio de relatos sobre a chegada do europeu ao Brasil, ou sobre a história tal como é contada pelo "homem branco".

Iniciativas dessa natureza são um bom exemplo do caminho a seguir. Não se trata nem de preservar "o bom selvagem" nem de aculturar o "silvícola", o que equivaleria a eliminar suas culturas. Trata-se, ao contrário, de dar aos índios voz e vez, como membros plenos e diferenciados da sociedade brasileira.

**Boris Fausto** escreve às segundas-feiras nesta coluna.